



Conheça a história do Castelinho da Rua Apa, o palacete que em 1937 foi palco de um crime chocante na cidade de São Paulo >> Rodeado de mistérios e quase em ruínas, o local aguarda interessados em patrocinar restauro

Por Eduardo Rodrigues

No dia 13 de maio de 1937, os principais jornais da cidade noticiaram um crime que chocou boa parte dos mais de 1,3 milhão habitantes da então pacata sociedade paulistana. Três proprietários de uma pomposa residência, construída sob o formato de um castelo medieval e localizada na Rua Apa, nº 236 (esquina com Avenida São João, bairro de Santa Cecília), foram encontrados mortos dentro do imóvel: a mãe Maria Cândida Guimarães e seus dois filhos, Álvaro e Armando Cesar dos Reis.

Era aproximadamente nove horas da noite, quando vários disparos de arma de fogo foram ouvidos no interior do palacete. Elza Lengfelder, que era a governanta da família, estava nos fundos da casa e não teve coragem de entrar no local. Procurou por Rodolfo, seu esposo, que estava nas imediações junto com a empregada Maria Aparecida Martins, e correu para buscar ajuda de um guarda-civil.

Quando as autoridades chefiadas pelo delegado de plantão, Dr. Juvenal Toledo Ramos chegaram ao endereço, encontraram Álvaro e Armando caídos no escritório, um ao lado do outro. Cada um deles apresentava dois ferimentos à bala. A uns três metros do corpo de Álvaro, no *hall* junto à escada, estava o corpo de Maria Cândida, com três perfurações. Uma pistola *Mauser*, calibre 9mm, de fabricação alemã foi apreendida no local. A arma estava no meio dos cadáveres de Álvaro e Armando.

O jornal *A Gazeta* foi um dos impressos que registrou o impacto do acontecimento naquela data: “A tragédia que emocionou a cidade. Numa luta medonha, os irmãos Álvaro e Armando César dos Reis tiveram morte trágica - Alcançada pelos disparos, morreu a progenitora dos conhecidos moços - A

polícia no local - Um ponto dubio que a Technica vae esclarecer - Quem é o criminoso suicida?”, diziam o título e o subtítulo da matéria, no dia 13 de maio de 1937. Uma grande foto com os corpos das vítimas estampava a primeira página do impresso.

Segundo a oficial de Justiça Susan Iannace, 60, que estuda o caso há mais de duas décadas, o delito na época teve grande impacto nas camadas sociais. “Esse crime aconteceu num tempo em que você podia andar tranquilamente na rua, onde para se cometer algo assim tinha que existir uma história. Não é como hoje que se faz qualquer barbaridade. Naquela época não! A pessoa que fazia uma coisa dessas, tinha vergonha de encarar a sociedade”, afirma Susan.

A São Paulo dos anos 30 respirava progresso e desenvolvimento. Era uma cidade bem aos moldes europeus. A vida cultural e social eram intensas. Embora nas zonas de meretrício ocorressem muitos episódios de violência, que vão de overdoses de drogas a crimes e atentados, assassinatos como o da família Reis não eram algo comum. A capital paulista não era tão violenta quanto hoje.

Mistério

Nunca se soube com precisão o que aconteceu na fatídica noite de quarta-feira, no dia 12 de maio de 1937: quem matou quem, quem morreu primeiro, se alguém se suicidou ou se todos foram assassinados.

A Secretaria de Segurança Pessoal e o Gabinete Médico Legal, órgãos que investigaram a tragédia no período, divergiam sobre como o crime teria ocorrido. No final das investigações, chegou-se a um consenso. O crime teria acontecido por causa de uma discussão entre os irmãos.

“Álvaro havia viajado para a França e, quando retornou, trouxe a ideia de construir um ringue de patinação. O projeto necessitava de grande investimento financeiro, pois era uma obra ousada para a época. Armando não gostou da ideia, considerava que o gasto era desnecessário e que acabaria com o patrimônio da família. A polícia concluiu que os desentendimentos entre os irmãos levaram Álvaro a matar Armando e a mãe, suicidando-se logo depois”, conta Susan, que está escrevendo um livro sobre o caso. O desentendimento acabou na tragédia intitulada por muitos jornais como “O crime do Castelinho”, “Cena de Sangue na Avenida São João”, entre outros.



A oficial de justiça contou à reportagem que enfrentou muitos obstáculos ao longo dos mais de vinte anos que levou para apurar o caso. “Quando comecei fazer a investigação, tive cinco mil pra me derrubar. Se fosse em outro país, todo mundo se unia para me ajudar. Aqui, ninguém me recebe. Nem a família, nem os herdeiros falam comigo. Eu tenho certeza que já existiam interesses de que isso não fosse revelado desde aquela época”, afirma.

Para muitos, o crime não é uma página virada. O técnico em automação industrial Fernando Reis, 26, está escrevendo o livro junto com Susan. Ele conta que se interessa pelo caso desde criança, e que mesmo não sendo investigador criminal, iniciou por conta própria um levantamento de dados. Vários pontos no crime chamam a atenção do rapaz. Um deles é o porquê de tanta crueldade com D. Cândida. “Se ela havia entrado na frente de um dos filhos para apartar a briga, por que levaria quatro tiros? Se um dos filhos apertou o gatilho sem querer, não teria coragem de disparar mais três vezes contra a própria mãe”, reflete.

Quanto a posição de como os corpos de Álvaro e Armando foram encontrados, Susan e Fernando compartilham da mesma opinião. Para eles, é pouco provável que alguém dê dois tiros no

próprio coração e consiga cair com as mãos colocadas sobre a barriga “só para sair bonito na foto”. “Não existe crime perfeito, existe investigação mal feita”, concluem.

Fernando, que investiga o caso desde 2008, desconfia que Maria Aparecida Martins, a empregada da família na época, tenha relação direta com a tragédia. Segundo informações não oficiais, ele contou que uma sobrinha neta de Maria Aparecida lhe disse que tia chegou ser presa por ter postura contraditória nos depoimentos, e também que já tinha passagem pela polícia. “Depois disso, ninguém nunca mais soube de seu paradeiro, sumiu no mundo”.



Flávio Nascimento/FAPSP

Para o advogado Milton Bednarski, 82, não há mais o que ser feito em relação ao caso. “Sobre o ponto de vista jurídico já acabou. Esse caso já está sepultado. O tempo está muito distanciado do fato, e por isso não há como se apurar melhor”, explica. Ele, que também é curador do Museu do Crime, na região da Luz, em São Paulo, acredita que Álvaro matou o irmão e a mãe. “Álvaro teve um gesto tresloucado quando decidiu fazer essa pista de patinação, e acabou gerando isso tudo”, expõe o advogado.

Bednarski é conhecido como o “Colecionador de Crimes”, visto que reuniu o maior acervo criminal da cidade.

Os Guimarães Reis

A família Guimarães Reis era conhecida principalmente por sua riqueza. Virgílio Cesar dos Reis casou-se com Maria Cândida Guimarães, com quem teve dois filhos. O casal era harmonioso. Prova disso, é que o palacete na Rua Apa foi idealizado por Seu Virgílio, que mandou construir para sua esposa, como forma de presentear-lá. A obra iniciada em 1912 terminou cinco anos depois. Em 2012, o prédio completou 100 anos.

Virgílio era professor e inspetor sanitário. Morreu em 17 de abril de 1934, vítima de um ataque cardíaco. Ele foi enterrado no Cemitério da Consolação.

Maria Cândida Guimarães dos Reis tinha 73 anos. Querida na cidade por ser uma pessoa virtuosa, fazia parte da Ordem Terceira do Carmo. Cândida também foi professora na antiga Escola do Bairro da Santa Efigênia até 1893. Após a morte do marido, Dona Cândida passou a morar sozinha no local. No anexo da residência, morava a governanta Elza Lengenfelder, junto com Rodolfo, seu esposo.

Álvaro Cesar dos Reis tinha 45 anos. Formou-se em advocacia pela Faculdade do Largo São Francisco, em 18 novembro de 1922. O escritor Oswald de Andrade foi seu companheiro de classe. Desconfiava-se que Álvaro era dependente químico. No livro “Diário de uma atriz”, Wanda Marchetti conta que o advogado era usuário de drogas. Álvaro foi campeão de patinação no gelo na França. Popular nos círculos da boemia e sempre rodeado por belas mulheres, ele também impressionava com sua moto, modelo *Indian*, pela Avenida São João. Namorava Maria Cândida Cunha Bueno, com quem morou por dez anos. Baby, como era conhecida, defendeu a inocência do amado até a morte.

Armando Cesar dos Reis tinha 42 anos e era o irmão caçula. Armando era solteiro, e assim como Álvaro, advogado. O rapaz era bem comportado, e destacava-se por sua inteligência e discrição.

Além do Castelinho, a família possuía outros imóveis na cidade. O famoso Cine Broadway (localizado na Avenida São João, nº 566), por exemplo.

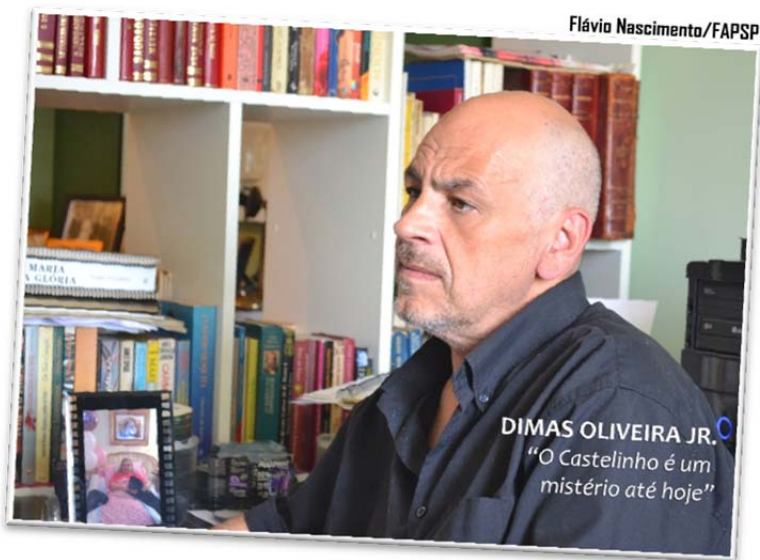
Os parentes, nunca receberam ninguém que pesquisasse ou que tivesse interesse na história do lugar. Sete décadas se passaram, e eles não recebem ninguém. O motivo do silêncio é desconhecido, mas uma coisa é certa. Os mais antigos sabiam de muita coisa.

Paranormalidade e Assombração

Após o crime, as duas partes da família -Reis e Guimarães- começaram a brigar na Justiça pela vultosa herança deixada. Deu-se início a uma tremenda guerra judicial. O decreto-lei nº 1907, de 26 de dezembro de 1939, pôs fim à batalha.

O decreto foi feito pelo então presidente Getúlio Vargas, e não reconhecimento sobrinhos como herdeiros. Dois anos depois, o decreto-lei foi revogado, deixando a herança como vacante, isto é, sem herdeiros. O patrimônio dos Guimarães Reis passou para as mãos da Fazenda Nacional em 13 de novembro de 1943. Em 1944, o casarão teve Ankito como inquilino. O ator do cinema e comediante brasileiro, conta que era comum ver sombras e ouvir ruídos no período em que ocupou a casa. Muitos que já frequentaram o palacete, afirmam que ele é assombrado, e que manifestações sobrenaturais acontecem ali.

O diretor de cinema Dimas Oliveira Júnior, 54, conta que sentiu uma energia negativa muito forte na casa. Ele, que em 2003 produziu um documentário sobre o Castelinho, contou à reportagem que enquanto gravava a cena de simulação do crime, o ator que interpretava Álvaro, misteriosamente se machucou. “O ator se machucou com a própria arma que ia fazer a cena. Ninguém entendeu nada. Ele tomou sete pontos na testa”, conta. “Essa energia deve vir do crime que não foi resolvido até hoje. Eu não vejo outra justificativa”, finaliza Dimas.



“Ninguém se sente muito à vontade em permanecer no interior daquela casa”, afirma o delegado cultural da cidade de ITU em SP, José Inácio da Silva, 50. Inácio conta que já esteve no palacete e, que na impossibilidade de provar a existência dos fantasmas, ficou a mercê do que sentiu na época. “O ar era tão pesado, que em alguns momentos tive a sensação de que era possível cortá-lo com uma faca”, lembra.

Especialista no assunto, a sensitiva Márcia Fernandes, 59, afirma que o local é assombrado. Márcia conheceu o Castelinho por meio de emissoras de TV que a convidaram para ir até lá. “Chegando ao local, o que me chamou a atenção foi a horrível sensação de vazio e o baixíssimo padrão vibratório. Há um desequilíbrio energético imensurável naquele ambiente. O local é mal assombrado, pois ali prevaleceu a discórdia e a briga entre familiares”, diz a sensitiva. Márcia declara ainda que existe uma maldição sobre o local, e que somente um trabalho de ajuda espiritual poderá quebrá-la. “Temos que orar muito o Salmo 66 para aquela família, rezar missas, entre outras coisas. Só assim eles vão receber energias positivas e se libertar”, finaliza Márcia.



Obra social

Em 1982, a União, que alugava o imóvel para fins residências, suspende as locações. Otávio Mazaro, morador e funcionário da União no período, despediu-se do lugar após os 25 anos em que lá morou. Começa então a fase do abandono.

Após 17 anos lutando junto ao Governo Federal para que o prédio lhe fosse doado, Maria Eulina Hilsenbeck, fundadora e presidente da ONG Mães do Brasil, ganhou o direito de usar o terreno do Castelinho em 1997. Inclusive, o anexo ao lado do palacete, que é onde funciona a ONG, também foi doado a ela.

Desde então, Maria Eulina realiza um trabalho com moradores de rua e dependentes químicos, por meio de oficinas profissionalizantes. Os carentes ganham trabalho e em troca, uma ajuda de custo. “Temos curso de costura, bordado, artesanato, mas o foco mesmo é na área de costura”, explica.

A presidente da ONG conta que também foi moradora de rua, e por isso quer restaurar o lugar e transformá-lo em um espaço para expor o trabalho dos artesãos. “O Castelinho é um prédio focado na vida humana, na transformação de vidas. Ele não é meu, e por isso vamos devolvê-lo para a cidade de São Paulo! Com a função de restaurar vidas”, diz.

Maria Eulina já foi alvo de possíveis calúnias e desconfianças. A reportagem ouviu o depoimento de pessoas que citaram-na como aproveitadora. Questionada sobre tais comentários, ela diz não se preocupar com as acusações. “Eu nunca trabalhei com dinheiro público. Sempre procurei fazer com que o Clube de Mães fosse autossustentável. Nunca tivemos empresários nos bancando. Somos uma ONG que não ‘mama nas tetas do governo’ [SIC], por isso, se quiserem falar da gente, falem do que nós fazemos, porque isso sim tem resultado”, finaliza Maria Eulina.



Patrimônio e Restauração

Em 2004, o Castelinho foi tombado pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio (Conpresp). Quatro anos depois, a Associação Preserva São Paulo entrou com uma ação civil pública, obrigando a União a restaurar o prédio, visto que era proprietária do imóvel desde 1943.

O casarão tombado é um dos poucos exemplos das construções do início do século passado, daí sua importância como patrimônio da cidade. Hoje, está sem cobertura e nem assoalho, com o reboco incompleto e as janelas quebradas. O teto não existe mais, e no lugar dele, uma lona azul foi colocada. As paredes foram envolvidas com tela, a fim de que não se desgastem mais.

O prédio ganhou um projeto preliminar de restauro em 2011, que vai manter a estrutura da simbólica construção feita em 1912 pela família Reis. O projeto é de autoria do escritório do arquiteto Paulo Bastos, e precisou de duas autorizações do Conpresp, órgão pelo qual o imóvel é tombado. A primeira autorização seria para reformar o Castelinho, a segunda, para restaurar a edícula ao lado, onde funciona a ONG Clube de Mães do Brasil.

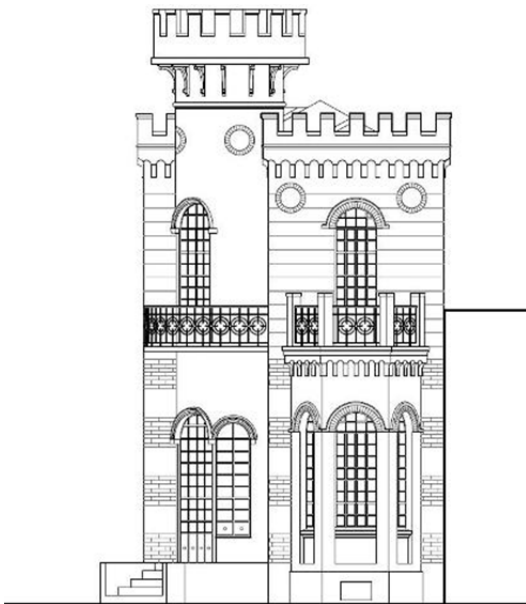


A reportagem procurou o escritório do arquiteto Paulo Bastos, responsável pelo projeto preliminar de restauração. Paulo cuidava pessoalmente dos assuntos relacionados ao Castelhinho, até falecer em 2012, vítima de um Acidente Vascular Cerebral (AVC). Após a morte de Bastos, os sócios Nelson Xavier, 50, e Luciane Shoyama, 40, ambos arquitetos, continuam as atividades.

Nelson conta que depois do projeto preliminar ter sido aprovado, a próxima etapa consiste em buscar patrocínio para custear o desenvolvimento das primeiras ideias de restauro, que viriam por meio de um outro projeto, o executivo. “Para isso, existe a mobilização de uma equipe multidisciplinar. Tem

que ser feito uma série de levantamentos, e isso significa ir em busca de informações históricas sobre o imóvel, como plantas originais e outras fontes que você consiga identificar elementos antigos. Até as fotografias do crime podem ajudar nesta avaliação”, explica o arquiteto.

Não há valor determinado para as obras de restauro. Segundo Nelson, o custo final da obra só será definido após o término do projeto executivo, ou seja, quando todos os levantamentos forem terminados. “Não posso dar valores exatos, apenas uma ordem de grandeza, que é uma referência. O valor total vai ser confirmado com os processos de trabalho. Assim, montamos uma planilha toda detalhada, e é isso que vai definir”, finaliza Nelson.





Projeto para restaurar as formas originais da fachada. Nas imagens, a frente e a lateral do imóvel/Escritório Paulo Bastos/ Divulgação

Presente

Atualmente, o Castelhinho da Rua Apa é triste e solitário. Marcado por uma trágica história e sem a beleza dos tempos gloriosos, as estruturas do local permanecem em pé, aguardando a tão sonhada restauração.

Estima-se que a importância desse prédio não se perca pelo abandono ou descaso público.

Boa sorte, Castelhinho.